



REDE URBANA PARAIBANA: UMA ANÁLISE A PARTIR DOS ESTUDOS DA REGIÃO DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES (REGIC)

Taynan Araújo Oliveira
Instituto Federal da Paraíba

Rita de Cássia da Conceição Gomes
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

RESUMO

Os estudos sobre a rede urbana brasileira têm como aporte as pesquisas desenvolvidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denominadas de Região de Influência das Cidades (REGIC). O artigo em tela objetiva analisar os referidos estudos, tomando por base as reconfigurações ocorridas na rede urbana do estado da Paraíba, entre os anos de 1972 até 2018, ano de publicação do último estudo da REGIC. Para tanto, foi utilizada como base metodológica a análise documental acrescida de apontamentos construídos com base em uma pesquisa de doutoramento realizada entre os anos de 2019-2023. A partir da análise realizada e das inferências construídas diagnosticou-se que a rede urbana paraibana passou por reconfigurações durante o período analisado, tal processo foi possibilitado por transformações ocorridas em escala global, nacional e local que foram responsáveis por estruturar e reestruturar as cidades paraibanas, colocando-as em posições relacionais antes não observadas. As relações hierárquicas se resignificaram quebrando a dependência direta existentes entre as cidades paraibanas até o final do século XX, passando a consolidar relações multiescalares que colocam estes centros urbanos, mesmo na condição de hierarquias inferiores, em posições relacionais de maior relevância e com papéis definidos e orientados pela complementaridade e compartilhamento de funções para com outros centros de hierarquia superior.

Palavras-chave: Geografia Urbana, redes, análise espacial.

REDE URBAN NETWORK: AN ANALYSIS BASED ON STUDIES ON THE CITIES REGION OF INFLUENCE (REGIC)

ABSTRACT

Studies on the Brazilian urban network are supported by research carried out by the Brazilian Institute of Geography and Statistics (IBGE), called the Region of Influence of Cities (REGIC). The article on screen aims to analyze these studies, based on the reconfigurations that occurred in the urban network of the state of Paraíba, between the years 1972 until 2018, the year of publication of the last REGIC study. To this end, document analysis was used as a methodological basis, in addition to notes constructed on the basis of a doctoral

research carried out between the years 2019-2023. From the analysis carried out and the inferences constructed, it was diagnosed that the urban network of Paraíba underwent reconfigurations during the period analyzed, this process was made possible by transformations that occurred on a global, national and local scale that were responsible for structuring and restructuring the cities of Paraíba, placing them in relational positions not observed before. Hierarchical relations were re-signified, breaking the direct dependence existing between the cities of Paraíba until the end of the 20th century, starting to consolidate multiscale relations that place these urban centers, even in the condition of inferior hierarchies, in relational positions of greater relevance and with defined roles and guided by complementarity and sharing of functions with other centers of superior hierarchy.

Keywords: Urban Geography, network, spatial analysis.

INTRODUÇÃO

Os estudos da Região de Influência das Cidades (REGIC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram publicados nos anos de 1972, 1987, 1993, 2007 e 2020. Tais pesquisas permitem entender a configuração das múltiplas hierarquias na rede urbana brasileira e suas metamorfoses no decorrer do tempo. Como ponto de partida, os estudos mencionados auxiliam na compreensão do processo de formação socioespacial da rede urbana e dos papéis que as cidades passaram a exercer diante das transformações ocorridas com a difusão dos conteúdos técnicos, científicos e informacionais. A partir da análise desses estudos, apresentaremos neste artigo como se deu o processo de formação socioespacial da rede urbana paraibana e a construção das hierarquias, com ênfase nas mudanças hierárquicas ocorridas em meados do século XX até o século XXI.

Os referidos documentos contemplam uma série de informações sobre a rede urbana brasileira e suas transformações e estão assentados em bases teóricas comumente utilizadas no estudo das redes urbanas como, por exemplo, a Teoria das Localidades Centrais (TLC). Os estudos do IBGE surgem com a necessidade de responder às mudanças ocorridas no território brasileiro em meados do século XX, momento em que ocorre um acelerado processo de urbanização e a difusão dos conteúdos técnicos, científicos e informacionais nos lugares.

De meados do século XX até a primeira década do século XXI, os eventos de ocorrência nacional e global, tais como a crise do petróleo de 1970, a década perdida; o Plano Real; o advento do neoliberalismo; as mudanças na base política, com a ampliação das políticas sociais; o direcionamento de investimentos públicos para variadas cidades brasileiras; e o acelerado processo de urbanização tiveram influência nas transformações ocorridas na rede urbana, que passa a ser permeada por relações pautadas em múltiplas escalas e agentes, com conexões que se estabelecem entre o local, o regional, o nacional e o global.

Desse modo, entender as reconfigurações da rede urbana requer do pesquisador uma análise que leve em conta os acontecimentos pretéritos, tendo em vista que

estes foram responsáveis pela atual configuração espacial das relações urbanas em rede. Para Corrêa:

A rede urbana reflete complexos processos sociais em curso no presente, sendo ainda impactada pelas formas criadas no passado. Como os processos caracterizam-se por significativa desigualdade espaço-temporal, os resultados, expressos nos atributos dos centros e nas relações espaciais, são diferenciados (CORRÊA, 2018, p.100).

Os acontecimentos pretéritos, assim como as desigualdades socioespaciais existentes no território brasileiro que condicionaram a formação da rede urbana, podem ser compreendidos se levarmos em consideração os estudos da REGIC. Sendo assim, a proposta deste artigo é realizar uma análise baseada nas informações explicitadas dentro dos referidos estudos, articulando-as aos elementos que explicam as reconfigurações da rede urbana paraibana do final do século XX até as duas primeiras décadas do século XXI.

A estruturação deste artigo far-se-á a partir da apresentação e discussão sobre o processo de urbanização na escala nacional, regional e estadual e dos desenhos hierárquicos construídos nos estudos da REGIC, em termos dos seus pressupostos teóricos, metodológicos e de classificação, assim como o quadro da rede urbana do estado da Paraíba em cada período analisado. Dos estudos analisados neste artigo, o da REGIC de 2018 será utilizado como aporte para construção das reflexões sobre a rede urbana paraibana e suas múltiplas relações escalares, pois, além de ter sido a última pesquisa publicada pelo IBGE, apresenta maiores detalhamentos, a partir dos quais é possível construir reflexões mais amplas sobre as configurações da rede urbana paraibana.

Ademais, serão apresentados alguns apontamentos sobre as configurações contemporâneas da rede urbana paraibana, tomando por base a pesquisa de doutoramento realizada durante os anos de 2019-2023. Vale salientar que a análise documental explicitada neste artigo também é resultado da pesquisa mencionada e busca apresentar resultados baseados em uma análise dos documentos REGIC, estudos de referência para análises sobre a rede urbana brasileira.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO EM TRÊS ESCALAS: BRASIL, NORDESTE E PARAÍBA

A urbanização brasileira pode ser compreendida a partir dos conteúdos ligados às atividades agrícolas, industriais e terciárias, que se reproduzem nas cidades através de distintos contextos políticos, econômicos e sociais. O modo de vida urbano no Brasil ganhou distintas espacialidades nos lugares, tanto naquelas velhas regiões, como é o caso do Nordeste brasileiro, como nas regiões de formação socioespacial mais recente como, por exemplo, o Centro-Oeste.

Segundo Monte-Mór (2006), a urbanização é um fenômeno extensivo que caminha ao longo dos eixos viários e das redes de comunicação e serviços em regiões novas e em regiões antigas. Para o autor, em toda parte, a lógica urbana se impõe ao espaço social contemporâneo. As observações levantadas por Monte-Mór se relacionam à urbanização brasileira, quando observamos que esta se estende de maneira diferenciada entre as regiões e os lugares. Tal fato pode ser evidenciado com a organização e estruturação das cidades na rede urbana, que tende a ser mais complexa em algumas regiões, diante da densidade dos conteúdos urbanos.

No que se refere à região Nordeste do Brasil, o processo de urbanização se iniciou pelas áreas litorâneas, com as atividades agrícolas, e posteriormente se estendeu para as áreas interioranas, que foram ocupadas mediante o desenvolvimento da pecuária. Nesse sentido, a formação das primeiras vilas e cidades tem estreita relação com as atividades mencionadas: o litoral com a cana-de-açúcar e o interior com a pecuária, a partir da criação de gado. O processo de urbanização brasileira, assim como do Nordeste, foi impulsionado por alguns motivos, conforme destacado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2001). Entre os motivos, pode-se listar aqueles que se constituem mais relevantes para o Nordeste, a saber: interiorização do fenômeno urbano, criação de novas cidades, crescimento das Cidades Médias e saldo migratório negativo nas pequenas cidades.

Consoante Clementino (1990), a disposição das cidades nordestinas está orientada por dois elementos: o primeiro liga-se à produção do campo e da cidade; e o segundo, à atuação do estado por meio do direcionamento dos investimentos estatais, como ocorreu com a criação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que promoveu mudanças de infraestrutura nos centros urbanos interioranos. A concentração das cidades e dos conteúdos urbanos permanece com maior densidade em áreas específicas da região Nordeste.

Nas áreas litorâneas, estão localizadas as cidades mais dinâmicas, do ponto de vista urbano e industrial, a exemplo das Metrópoles e Capitais Regionais; e no interior, as Cidades Médias, os Centros Sub-Regionais e os Centros de Zona, que funcionam como centros urbanos importantes para a construção das articulações urbano-regionais. Os centros urbanos mais dinâmicos do interior do Nordeste tiveram a intensificação do seu processo de urbanização através da ampliação dos papéis regionais, mediante o direcionamento de políticas públicas que ampliaram a oferta de serviços de saúde e educação, públicos e privados, além dos estabelecimentos comerciais dos mais distintos ramos, naturezas e capitais.

Diante desse contexto, algumas individualidades podem ser atribuídas à urbanização do Nordeste, entre as quais podem-se destacar: a concentração dos conteúdos técnicos, científicos e informacionais em áreas mais dinâmicas e de urbanização mais antiga como, por exemplo, o litoral; a baixa complexidade funcional das cidades do interior; e o número expressivo de pequenas cidades onde os conteúdos da urbanização chegam de forma mais rarefeita.

Esses aspectos condicionam a formação de uma rede urbana mais hierarquizada, do ponto de vista da complexidade funcional dos centros urbanos, e, ao mesmo

tempo, conduzem à afirmação dos núcleos urbanos que, mesmo sendo menos dinâmicos e pouco relevantes na escala regional e nacional, acabam desempenhando papéis expressivos no contexto em que estão inseridos, haja vista que complementam e compartilham funções com os centros urbanos de maior nível hierárquico.

O estado da Paraíba, localizado no Nordeste brasileiro, teve o seu processo de urbanização ligado aos mesmos elementos apontados anteriormente. A urbanização se estende do litoral para o interior, a partir das atividades agrícolas e pecuárias e, com isso, formam-se os primeiros núcleos urbanos. Logicamente que outras atividades, como a cotonicultura - cultivo e exportação do algodão -, e o surgimento da atividade comercial a partir das feiras livres também foram responsáveis pela interiorização do fenômeno urbano e pela constituição e afirmação de cidades que desempenham papéis relevantes para a rede urbana do estado e da região, como é o caso de Campina Grande. Gonçalves (1999, p. 13), ao estudar o processo de formação territorial e urbanização do estado da Paraíba, escreve que:

A Paraíba surge de um aglomerado urbano localizado às margens do Rio Sanhauá, antes de ser engenho, é cidade. Mesmo que, durante mais de quatrocentos anos, tenha se mantido como uma paisagem quase inalterada, é na cidade que o Estado se instala, é na cidade que as ordens religiosas mantêm suas sedes, é na cidade que entram e saem da terra as coisas e as gentes. E o mesmo aconteceu com os aglomerados urbanos ao longo do litoral, nos agrestes e sertões da região. Povoados, vilas, cidades que surgem nas trilhas do gado, do algodão, do sisal, da mineração, da ferrovia. Surgem na história, mas ainda não se tornaram objeto relevante para história. (GONÇALVES, 1999, P. 13).

Conforme destacado pelos autores, mesmo que o processo de ocupação do estado da Paraíba seja bastante antigo e as atividades agrícolas desempenhadas tenham resultado na formação de cidades em períodos mais remotos, estas ainda não se constituem como objetos relevantes para a história, haja vista que o próprio processo de urbanização do Brasil não coloca esses espaços em tamanha evidência, como ocorre com a região Sudeste.

Por outro lado, Gonçalves *et al.* (1999) destacam que o entendimento mais aguçado sobre a questão urbana na Paraíba é, de certo modo, impossibilitado pelo fato de as informações serem esparsas, ou seja, por não haver trabalhos que discutam a questão urbana de forma mais profunda. As cidades que desempenham papéis relevantes no estado iniciaram seu processo de formação e estruturação urbana ainda nesse contexto. A cidade de Campina Grande teve a constituição dos seus papéis ligada à economia algodoeira e se intensificou no decorrer do século XX, mediante a chegada de novos conteúdos urbanos com a dinamização terciária.

A localização da cidade de Campina Grande e a sua situação geográfica condicionaram a constituição da centralidade por ela desempenhada. A referida cidade localiza-se no entroncamento de caminhos que se ligam ao vasto interior do estado. Para Maia (2012), o fato de Campina Grande ser uma cidade boca de sertão,ⁱ acabou lhe conferindo papéis relevantes, no sentido de que, além de se caracterizar como ponto de convergência da produção algodoeira, também esteve marcada pela interligação através da ferrovia, considerada um marco de inovação urbana naquele contexto.

As demais cidades, localizadas na região do Sertão, tiveram o seu processo de ocupação iniciado com atividades econômicas menos dinâmicas, além de terem recebido o fluxo migratório de uma população mais pobre. Essa região, devido à problemática da seca, foi vista, durante muitos anos, como um espaço inviável para o desenvolvimento socioeconômico. Das cidades localizadas na região do Sertão, Patos e Cajazeiras são as que mais chamam atenção pela dinâmica econômica e centralidade regional que desempenham.

De acordo com Araújo (2017), dois aspectos são essenciais para caracterizá-las, a saber: o fato de terem constituído importante rotas de caminho de gado durante o período de colonização da Paraíba e a localização geográfica, principalmente da cidade de Patos, que está localizada às margens do Rio Espinharas. Consoante a referida autora, os historiadores locais enfatizam, em suas produções, que o Rio Espinharas marcou, definitivamente, o surgimento e crescimento da cidade, haja vista que a disponibilidade de água possibilitou o fluxo contínuo de passagem das boiadas na região.

Além desses elementos, segundo Araújo (2017), a existência de estações de trem para escoamento da produção algodoeira em direção aos estados de Pernambuco e Ceará, como também o traçado férreo que interligava as cidades de Campina Grande, Patos e Cajazeiras foi essencial para o processo de reorganização socioespacial das cidades, elementos que impulsionaram a economia regional e o processo de urbanização.

Além da localização geográfica das cidades mencionadas e da relevância do traçado ferroviário, a implementação de rodovias na extensão do estado da Paraíba também foi relevante para o crescimento de muitas cidades. Uma das rodovias que mais possibilitaram tal impacto foi a BR-230, que data dos anos 1970. Para Maia (2007), a construção dessa ferrovia, entre 1952 e 1972, foi favorável para o crescimento de muitos povoados, vilas e cidades situadas em suas margens, principalmente diante da circulação de pessoas, mercadorias e serviços.

De maneira geral, a urbanização do estado da Paraíba possui as mesmas características da urbanização da região Nordeste, que se deu do litoral para o interior a partir das atividades agrícolas. No entanto, diagnosticamos que existem algumas diferenças internas de acordo com suas regiões, que se justificam pela forma como os conteúdos urbanos se expandiram. Por esse motivo, faz-se necessário o entendimento mais aguçado das dinâmicas que se instalam nos lugares e a forma como definem e redefinem os papéis das cidades. Tal leitura pode

ser realizada a partir dos estudos da Região de Influência das Cidades, analisados na seção seguinte deste artigo.

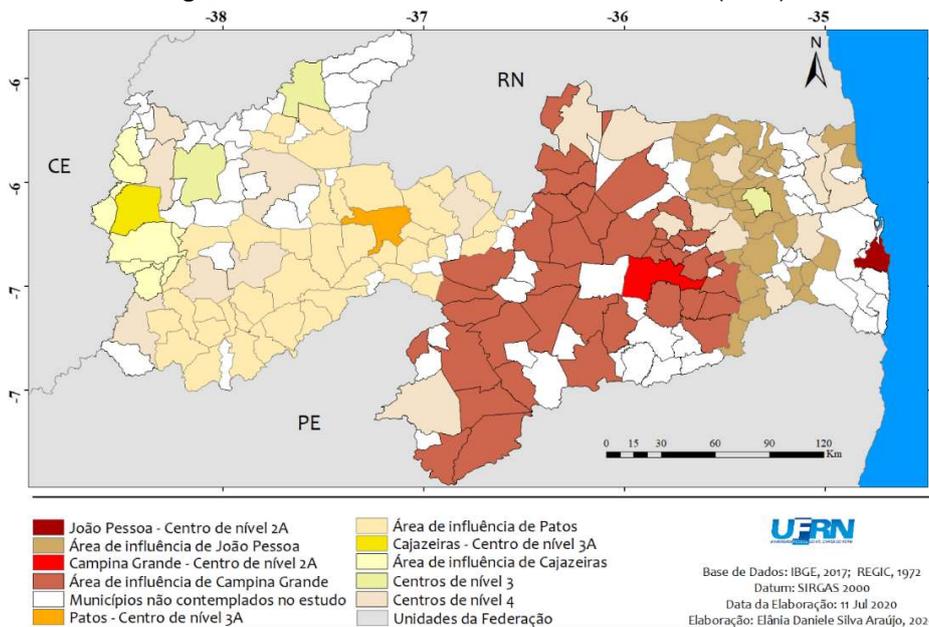
O QUE NOS MOSTRA OS ESTUDOS DA REGIC?

O estado da Paraíba passou por mudanças significativas na organização da sua rede urbana. Ao analisarmos os estudos da REGIC, identificamos que algumas cidades exerceram papéis de maior relevância, no entanto, em virtude das transformações políticas, sociais e econômicas ocorridas nas últimas décadas, esses centros perderam sua relevância em termos de centralidade urbano-regional e, na maioria dos casos, começaram a compartilhar e/ou complementar funções com outras cidades que até então não desempenhavam papéis relevantes.

De acordo com o primeiro estudo da REGIC (1972), o estado da Paraíba esteve marcado pela presença de centros urbanos classificados nos níveis 2, 3 e 4, não possuindo nenhum centro de nível 1, correspondente ao maior estrato da rede urbana brasileira, que são as Metrôpoles. Os centros de nível 2 são Campina Grande e João Pessoa; de nível 3, Guarabira, Catolé do Rocha, Patos e Sousa; e de nível 4, Itabaiana, Itaporanga, Piancó, Mamanguape, Rio Tinto, Sapé, Alagoa Grande, Bananeiras, Areia, Cuité, Esperança, Monteiro, Picuí, Antenor Navarro (São João do Rio do Peixe), Uiraúna, Conceição, Pombal e Santa Luzia.

Essas cidades eram responsáveis por articular a rede urbana, por onde se davam os fluxos mais intensos de comércio, serviços, capital, técnica e informação. A Figura 1, a seguir, elucida a realidade apresentada e ressalta que, no período analisado, uma parcela de cidades não existia no estado e outra não foi classificada em termos de papéis, funções ou até mesmo da relação de dependência existente.

Figura 1 – Estado da Paraíba: rede urbana – REGIC (1972).



Fonte dos Dados: REGIC (1972). Organização: Os autores.

De acordo com a REGIC (1972), as cidades de Campina Grande e Patos já exerciam papéis relevantes e possuíam áreas de influência expressivas, se levarmos em consideração o número de cidades que polarizavam. As cidades de Campina Grande e Patos, mesmo com classificações diferentes, sendo uma de nível 2A e a outra de nível 3A, se destacam no contexto de suas regiões e do estado da Paraíba, devido à ausência de outros centros urbanos com estrutura semelhante ou com potencial de exercer papéis de complementaridade à sua centralidade, assim como pela distância em relação à capital, que, àquela época, exercia uma centralidade de cunho industrial e administrativo.

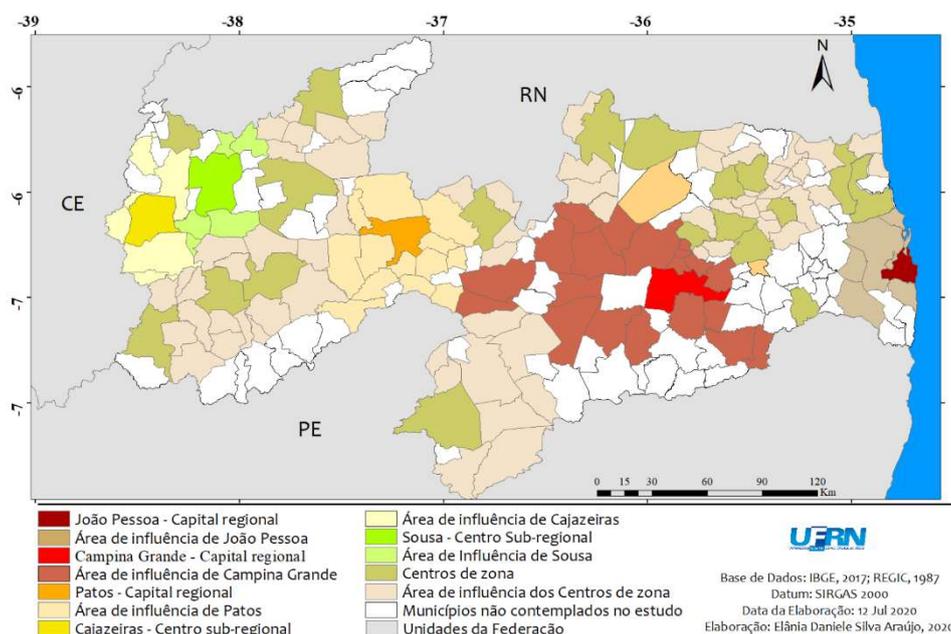
Além de João Pessoa, Campina Grande e Patos, cidades como Guarabira, Catolé do Rocha, Cajazeiras e Sousa também exerciam papéis expressivos e estavam classificadas como centros urbanos de nível 3A. Além desses centros urbanos, outros dezoito de nível inferior exerciam papéis e funções de maneira imediata aos centros locais mais próximos, mesmo possuindo baixa concentração de bens e serviços. As pequenas cidades, que são um número bastante significativo, tinham sua influência limitada às áreas locais, principalmente aos espaços rurais.

O trabalho da REGIC (1987) classificou as cidades paraibanas nos seguintes níveis hierárquicos: Capital Regional – João Pessoa, Campina Grande e Patos; Centro Sub-Regional: Sousa e Cajazeiras; Centro de Zona: Mamanguape-Rio Tinto, Itabaiana, Guarabira-Solânea, Areia, Alagoa Grande, Cuité, Picuí, Esperança, Monteiro, Catolé do Rocha, Bananeiras-Solânea, Santa Luzia, Pombal, Piancó, Itaporanga, Conceição e Uiraúna. Desse modo, as Capitais Regionais – João Pessoa, Campina Grande e Patos – correspondiam às cidades de maior nível hierárquico e centralidade, dada a inexistência de Metrôpoles e Centros Submetropolitanos, hierarquias existentes no contexto da classificação da REGIC (1987).

Sendo assim, compreende-se que existia uma hierarquia rígida em termos da complexidade funcional das cidades e que Campina Grande, João Pessoa e Patos se afirmavam como maiores hierarquias, dada sua capacidade de concentração e influência sobre as cidades próximas e também mais distantes, tendo em vista a relação de dependência direta para com as Capitais Regionais. Os Centros de Zona, embora existentes e expressivos em termos quantitativos, possuíam sua capacidade de articulação limitada, dada a baixa complexidade dos serviços oferecidos (Figura 2).

De acordo com as informações apresentadas no Figura 2, a quantidade de Centros de Zona chama atenção na configuração da rede urbana paraibana. As cidades que recebem essa classificação hierárquica estão, em sua maioria, localizadas nas regiões mais distantes das Capitais Regionais e, por isso, sua importância é reforçada no contexto urbano-regional em que estão inseridos. De acordo com Bitoun (2018, p. 291), “em grandes partes do Brasil central e ocidental, pequenas cidades com poucos serviços são as únicas acessíveis para as populações dispersas”. Essa configuração conduziu à proposição de políticas diferenciadas e à denominação de cidades com responsabilidade territorial.

Figura 2 – Estado da Paraíba: rede urbana – REGIC (1987)



Fonte dos Dados: REGIC (1987). Organização: Os autores.

Os Centros de Zona funcionavam e ainda funcionam como espaços de baixa complexidade funcional no contexto macro da rede urbana, mas que possuem responsabilidade territorial em virtude de sua proximidade com cidades menos dinâmicas, do ponto de vista da oferta de bens e serviços. Na região Nordeste, essa realidade é bem comum diante do processo de urbanização e do número expressivo de pequenas cidades, principalmente nas áreas interioranas.

No contexto em que foi elaborado o estudo da REGIC (1987), o nível de integração territorial do estado da Paraíba ainda era muito incipiente, tanto pela oferta de transportes, como também pela estrutura rodoviária. Pequenos municípios que foram criados nesse período estiveram isolados por algumas décadas, até que foram construídas as rodovias por meio do Projeto Estadual Caminhos da Paraíba,ⁱⁱ executado entre os anos 2010 e 2018.

A estrutura de integração predominante reforçava a importância de cidades como Campina Grande, Patos e Cajazeiras pelo fato de estarem cortadas pela BR-230, fato que as tornava mais acessíveis e conectadas à estrutura territorial da região e do estado, além dos Centros de Zona, que também possuíam melhores conexões na rede urbana, por estarem integradas territorialmente por rodovias.

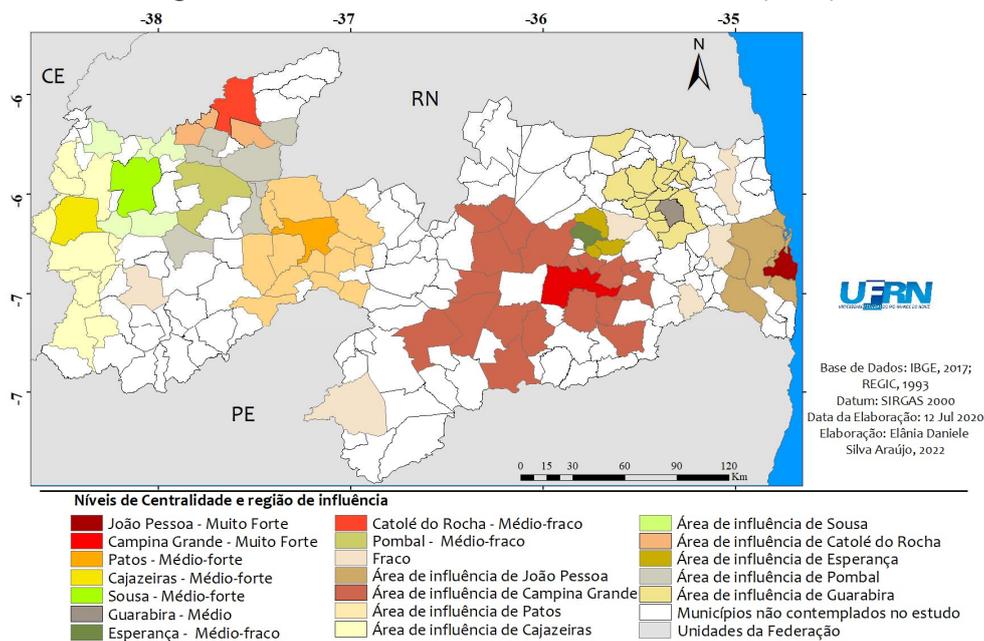
Em 1993, foi elaborado o terceiro estudo da REGIC. Nesta pesquisa, os centros urbanos foram classificados por níveis de centralidade, subdividindo-os em máximo, muito forte, forte para médio, médio, médio para fraco e fraco. Nele, o estado da Paraíba apresenta cidades classificadas nos seguintes níveis de centralidade: Muito forte: Campina Grande e João Pessoa; Forte para médio: Patos, Sousa e Cajazeiras; Médio: Guarabira; Médio para fraco: Catolé, Esperança e

Pombal; Fraco: Itabaiana, Mamanguape, Monteiro, Sapé, São José do Egito, Areia e Itaporanga.

Os níveis de centralidade classificados em médio para fraco e fraco correspondem aos Centros de Zona, definidos no estudo da REGIC de 1987. Na REGIC de 1993, alguns dos Centros de Zona destacados em estudos anteriores não ganham notoriedade no desenho da rede urbana paraibana. As demais centralidades mantêm os seus papéis bem delimitados, tais como: Campina Grande, João Pessoa, Patos, Sousa e Cajazeiras, sendo estas três últimas cidades centralidades inferiores, se comparadas ao nível de João Pessoa e Campina Grande.

A REGIC 1993, de acordo com o que se pode observar no Figura 3, não incorpora uma boa parte das cidades paraibanas, no sentido de que não define seus papéis na rede urbana e nem mostra as articulações em termos de polarização. Através da classificação em níveis de centralidade, é possível identificar quais as cidades de maior importância na rede urbana e suas respectivas áreas de influência, que é composta por cidades localizadas de maneira imediata em relação ao centro urbano de maior nível hierárquico.

Figura 3 – Estado da Paraíba: rede urbana – REGIC (1993)



Fonte dos Dados: REGIC (1993). Organização: Os autores.

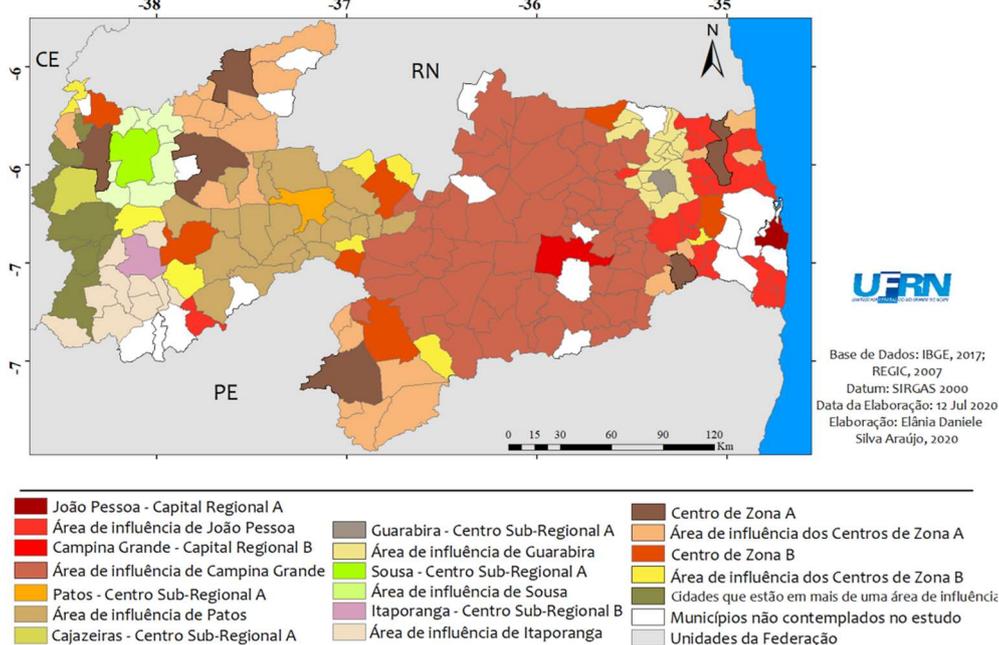
Segundo Corrêa (2018), através da distribuição de bens e serviços, é possível estabelecer uma hierarquia de cidades, pois os bens e serviços não só se apresentam com diferentes naturezas, mas também são utilizados com frequência variável segundo os padrões de consumo de cada sociedade. Para o referido autor, “a rede urbana é simultaneamente um reflexo e uma condição para a divisão

territorial do trabalho, historicamente a forma mais avançada na divisão social do trabalho” (CORRÊA, 2015, p. 26).

Para (Corrêa, 2015, p. 27), “através da divisão territorial do trabalho, decisões, investimentos e inovações circulam descendentemente, criando e transformando, constante e desigualmente – de acordo com uma dinâmica interna do capitalismo – atividades e cidades”. Desse modo, entendemos que a hierarquização apresentada no estudo da REGIC (1993) tem sua sustentação na lógica de distribuição e oferta de bens e serviços e do papel que cada centro urbano exerce na divisão territorial do trabalho, já que esse estudo se baseia nas formulações teóricas do referido pesquisador.

A divisão territorial do trabalho e a hierarquização são elementos de relevância para compreender a rede urbana, embora se ressignifiquem com a reprodução do capital, da técnica, da ciência e da informação. Para tanto, a hierarquia torna-se mutável, conforme se observa nos estudos da REGIC de 2007 e 2018. Diferentemente do que se apresenta até a REGIC de 1993, a REGIC 2007 foi elaborada levando em consideração múltiplas variáveis de análise e, além disso, está baseada em um outro momento político, econômico e social pelo qual passou o Brasil a partir dos anos 2000.

Figura 4 – Estado da Paraíba: rede urbana – REGIC (2007).



Fonte dos Dados: REGIC (2007). Organização: Os autores.

Nesse período, alguns elementos importantes serviram para reformular a discussão da hierarquia urbana, entre os quais: a expansão do ensino superior e técnico, a dinamização do setor terciário, principalmente do setor comercial, a expansão do setor financeiro, mudanças no sistema de transporte, etc. Com isso, cidades

brasileiras passaram a ser entendidas a partir da definição de sua capacidade como centros de gestão do território, delimitação que leva em consideração os papéis desempenhados por esses lugares na rede urbana brasileira.

Mediante os dados apresentados no Mapa 4, o estado da Paraíba possui cidades classificadas nos seguintes níveis hierárquicos: Capital Regional A: João Pessoa; Capital Regional B: Campina Grande; Centros Sub-Regionais A: Patos, Cajazeiras, Guarabira e Sousa; Centro de Zona A: Catolé do Rocha, Itabaiana, Mamanguape, Monteiro, Pombal e São João do Rio do Peixe; e Centro de Zona B: Araruna, Desterro, Piancó, Santa Luzia, Sapé, São João do Rio do Peixe, Sumé e Uiraúna.

A configuração das hierarquias urbanas da REGIC 2007 reafirma a centralidade e a importância das duas maiores cidades que compõem o estrato hierárquico superior em nível estadual, as quais são: João Pessoa, Capital Regional A, e Campina Grande, Capital Regional B. João Pessoa é classificada como Capital Regional de nível A e vários elementos afirmam tal condição, a saber: o processo de ocupação e de formação iniciado em 1585, com o surgimento da cidade de Nossa Senhora das Neves; a condição de capital do estado da Paraíba; a concentração de estabelecimentos comerciais e de serviços, sobretudo os de natureza pública estadual, além das atividades turísticas responsáveis por parcela expressiva dos fluxos econômicos e da influência que se estende em nível nacional e global.

Campina Grande recebe a classificação de Capital Regional B pelo fato de se caracterizar como uma cidade média com expressivo número de relacionamentos na rede urbana, em virtude da oferta de serviços de educação e saúde e estabelecimentos comerciais mais complexos, se comparados aos das cidades que estão em sua hinterlândia.

De acordo com a REGIC (2007), os Centros Sub-Regionais, assim como as Capitais Regionais, tiveram a ampliação dos seus papéis com base nos mesmos elementos destacados para Campina Grande. As cidades de Patos, Sousa e Cajazeiras são centros urbanos que conseguem articular suas dinâmicas dentro da região do Sertão, tendo suas relações pautadas no compartilhamento e na complementaridade de funções.

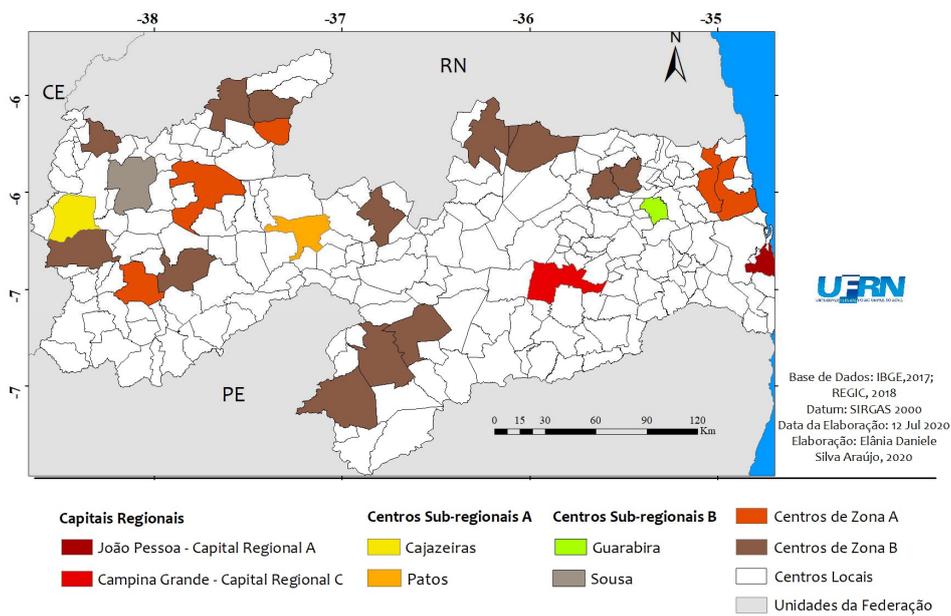
A partir do estudo da REGIC (2007), observa-se que a influência dos Centros Sub-Regionais, Cajazeiras e Sousa, se verifica para além da escala do estado, em virtude da sua localização em relação às cidades pequenas localizadas no interior do estado do Ceará. As cidades pequenas localizadas no limite territorial entre o Ceará e a Paraíba estabelecem relações com as cidades de Sousa e Cajazeiras, tendo em vista que as cidades com maior concentração de bens, serviços e capital do seu estado, encontram-se geograficamente mais distantes.

Logo, isso revela que as dinâmicas da rede urbana paraibana, se estendem para além da escala do estado, algo que se intensifica com transformações desta primeira década do século XXI calcada na implementação de políticas públicas, principalmente com a oferta de ensino superior e técnico e da dinamização do setor comercial e financeiro, mediante a capilaridade do serviço bancário. Neste mesmo estudo, ainda é possível observar o compartilhamento de funções entre os Centros

Sub-regionais, como é o caso das cidades de Sousa e Cajazeiras, que fornecem bens e serviços para as cidades que estão em suas hinterlândias.

A partir da REGIC 2018, é possível inferir que, entre os anos de 2007 e 2018, ocorreu uma mudança no direcionamento dos fluxos da rede urbana paraibana, na medida em que se ampliam os papéis da cidade de Patos, Centro Sub-Regional A, e diminuem-se os papéis de Campina Grande. Nesse mesmo estudo, ainda pode-se destacar como relevante a multiplicação dos Centros de Zona B. Com base na REGIC 2018, o desenho da rede urbana do estado da Paraíba se apresenta da seguinte forma:

Figura 5 – Estado da Paraíba: rede urbana - REGIC (2018).



Fonte dos dados: REGIC (2018). Organização: Os autores.

Segundo o estudo da REGIC 2018, as cidades paraibanas estão subdivididas nas seguintes hierarquias: Capital Regional A: João Pessoa; Capital Regional C: Campina Grande; Centros Sub-Regionais A: Cajazeiras e Patos; Centros Sub-Regionais B: Guarabira e Sousa; Centros de Zona A: Mamanguape, Rio Tinto, Itaporanga, Pombal e São Bento; Centros de Zona B: Cuité-Nova Floresta, Solânea-Bananeiras, Brejo do Cruz, Catolé do Rocha, Monteiro, Piancó, Picuí, Santa Luzia, São José de Piranhas, Serra Branca, Sumé e Uiraúna.

Os elementos apontados dentro do estudo da REGIC 2018 denotam algumas questões importantes para entender em que medida ocorrem o compartilhamento e a complementaridade de funções na rede urbana do estado da Paraíba. Se comparado ao estudo de 2007, uma primeira observação deve ser feita, que é a mudança no nível hierárquico da cidade de Campina Grande, de Capital Regional B para Capital Regional C.

Em nota publicada no estudo da REGIC 2018, foi enfatizado que a mudança do nível hierárquico da cidade de Campina Grande deve-se à saída de doze cidades que antes compunham sua região de influência. A cidade de Patos atraiu cidades que antes faziam parte da hinterlândia de Campina Grande, e, por esse motivo, Patos é uma das poucas cidades paraibanas que mantiveram seu nível hierárquico. O IBGE ainda sinaliza que, no estado da Paraíba, há uma queda comum na hierarquia de várias cidades, sugerindo que tem ocorrido perda relativa de centralidade de algumas cidades na escala estadual.

Ao comparar os estudos da REGIC publicados em 2007 e 2018 fica claro que algumas mudanças nos padrões de hierarquia e de organização da rede denotam a evidência cada vez maior do compartilhamento e da complementaridade de funções entre as cidades na rede urbana. Além da mudança de nível da cidade de Campina Grande e a ampliação dos papéis da cidade de Patos, deve-se considerar a multiplicação do número de Centros de Zona B.

Enquanto, em 2007, o estado da Paraíba possuía sete Centros de Zona A e oito Centros de Zona B, em 2018, esses números passaram para cinco Centros de Zona A e doze Centros de Zona B, contando com os centros que multipolarizam suas regiões, como é o caso de Cuité-Nova Floresta e Solânea-Bananeiras. A multiplicação dos Centros de Zona B, conforme apresentado no Mapa 5, é mais significativa na região de Campina Grande, Patos, Sousa e Cajazeiras. Os Centros de Zona, na maioria dos casos, possuem um elemento que os torna semelhantes, que é a implantação de instituições de ensino superior e técnico, Universidades e Institutos Federais, além da consequente dinamização do setor terciário local.

De modo geral, a REGIC 2018, além de mostrar a organização da rede urbana no estado da Paraíba, aponta o surgimento de novas hierarquias, ou seja, cidades que saíram da condição de Centro Local e passaram a ser classificadas como Centro de Zona em virtude da ampliação dos seus papéis urbano-regionais. Essas cidades, juntamente com os Centros Sub-regionais, têm sido responsáveis pela resignificação de padrões hierárquicos estabelecidos por muitos anos e afirmam a existência de relações pautadas na complementaridade e no compartilhamento de funções entre os centros urbanos.

Mediante as discussões desenvolvidas, inferimos que as transformações hierárquicas ocorridas na rede urbana do estado da Paraíba estão pautadas no jogo de mudanças relacionadas aos papéis e às funções desempenhados pelos Centros Sub-Regionais e Centros de Zona. Diante disso, entendemos que as reconfigurações da rede urbana paraibana podem ser compreendidas se levarmos em consideração as mudanças ocorridas nos papéis e nas funções desempenhadas pelos Centros Sub-Regionais e Centros de Zona, assim como pelo surgimento de cidades que passam a receber tal classificação.

A REDE URBANA PARAIBANA NA CONTEMPORANEIDADE: ALGUNS APONTAMENTOS

Ao analisarmos a série de estudos da REGIC anteriormente apresentada, ficou claro que houveram mudanças na classificação das cidades paraibanas, principalmente

no que se refere aos Centros de Zona e aos Centros Sub-Regionais. Essas cidades são responsáveis pela complementaridade e pelo compartilhamento de funções na rede urbana, haja vista que se constituem como importantes espaços urbano-regionais, pois complementam os papéis e as funções desempenhadas pelas Capitais Regionais, maior estrato hierárquico existente no estado da Paraíba.

Os Centros Sub-regionais e os Centros de Zona, de acordo com a REGIC (2018), são tipos de hierarquias urbanas predominantes no Nordeste brasileiro, como também no estado da Paraíba. Tal elemento possui relação direta com o processo de urbanização na região e no estado, como também explica a importância que estas hierarquias possuem para as articulações urbano-regionais estabelecidas no Nordeste e na Paraíba.

O número de hierarquias classificadas dentro das tipologias mencionadas sofreu alterações ao decorrer das últimas décadas do século XX e das primeiras décadas do século XXI. Os Centros Sub-Regionais totalizam 4 cidades e os Centros de Zona 17, elemento que serve para explicar as articulações urbano-regionais no estado da Paraíba na contemporaneidade.

As cidades pertencentes aos estratos hierárquicos supracitados passaram por transformações em suas estruturas a partir das duas primeiras décadas do século XXI. Tais mudanças estiveram alicerçadas em alguns fatores, a saber: a atuação do Estado por meio da implementação de políticas públicas educacionais, com a multiplicação das instituições de ensino técnico e superior, públicas e privadas, bem como dos serviços de saúde de natureza pública e privada; a multiplicação dos estabelecimentos de comércio; a hipercapilaridade do setor financeiro; e o padrão de conectividade por meio das redes de internet e telefonia móvel.

Os elementos mencionados serviram para quebrar as relações hierárquicas rígidas e de dependência direta existentes entre as cidades paraibanas até o final do século XX, passando a consolidar relações multiescalares que colocam estes centros urbanos, mesmo na condição de hierarquias inferiores, em posições relacionais de maior relevância e com papéis definidos e orientados pela complementaridade e compartilhamento de funções para com outros centros de hierarquia superior.

Desse modo, pode-se afirmar que ocorreu uma reconfiguração hierárquica pautada na constituição de relações em rede que auxiliam no entendimento da rede urbana e seu padrão de estruturação contemporâneo, calcado em relações de níveis escalares distintos. Tais inferências baseiam-se na pesquisa de doutoramento realizada entre os anos de 2019-2023, bem como a partir da análise dos documentos da REGIC, objeto central do recorte proposto neste artigo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciana Medeiros de. *Produção imobiliária e novas dinâmicas de expansão urbana em Patos e Cajazeiras (PB)*. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB, 2017.

BITOUN, Jan. Em busca de especificidades da cidade e do urbano no Brasil. In: SERPA, A. CARLOS, A. F. A. *Geografia Urbana: desafios teóricos contemporâneos*. Salvador, BA: EDUFBA, 2018.

CLEMENTINO, Maria do Livramento Miranda. *Complexidade de uma urbanização periférica*. Tese (Doutorado em Economia). Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP: 1990. 307p.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Caminhos paralelos e entrecruzados*. São Paulo: Editora UNESP, 2018.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos sobre a rede urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2015.

GONÇALVES, Regina Célia; LAVIERI, Maria Beatriz Ferreira; LAVIERI, João.; RABAY, Glória. *A questão urbana na Paraíba*. João Pessoa: Ed. Universitária, UFPB, 1999.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Região de Influência das Cidades: divisão em regiões funcionais urbanas, 1972*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=24591&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Região de Influência das Cidades 1987*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=24590&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Região de Influência das Cidades 1993*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=15975&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Região de Influência das Cidades 2007*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=16168&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 04 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. IBGE. *Região de Influência das Cidades 2018*. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html?edicao=28033&t=acesso-ao-produto>. Acesso em: 04 jan. 2023.

MAIA, Doralice Sátyro. A ferrovia nas cidades bocas de sertão: alterações na morfologia e na estrutura urbana. *Revista Terra Brasilis* (Nova Série), v. 8, 2012.

MAIA, Doralice Sátyro. *Estrutura e dinâmica urbana da cidade média: a cidade de Campina Grande na Paraíba*. João Pessoa: UFPB/PPGG, 2007. (impresso)

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. *O que é urbano no mundo contemporâneo?* Belo Horizonte: UFMG, CEDEPLAR: 2006. 14 p.

Contato com o autor: taynan.araujo02@gmail.com

Recebido em: 31/08/2023

Aprovado em: 29/05/2024

ⁱ A denominação “cidade boca de sertão” foi estudada por Maia (2012-2013). Para esta autora, as cidades “boca de sertão” são aquelas que se tornaram “pontas de trilho”, ou cidades à “beira da linha” com seus pátios ferroviários. Essas cidades possuem representatividade em seus territórios e exercem centralidade expressiva desde o começo do século XX (MAIA, 2017).

ⁱⁱ O Projeto prioriza os investimentos na área de construção de estradas, desde a implantação de novas rodovias estaduais até a recuperação e o rejuvenescimento de estradas existentes. Um programa arrojado que ainda tirou do isolamento, com rodovias asfaltadas, todas as 54 cidades que, à época da sua criação, não tinham acessos rodoviários pavimentados, levando-as a entrar na rota do desenvolvimento. Com a última cidade paraibana a sair do isolamento, Carrapateira, no alto Sertão do Estado, não existe mais nenhuma cidade sem acesso interligado à malha rodoviária estadual e federal. Disponível em: <https://caminhosdaparaiba.com.br/o-programa/>. Acesso em: maio de 2020.